

AMEAÇAS ÀS LIBERDADES ACADÉMICAS:

MERCANTILIZAÇÃO E INSTRUMENTALIZAÇÃO POLÍTICA DO ENSINO SUPERIOR E DA INVESTIGAÇÃO

Tradução de **Maria Teresa Nascimento**

1. A REDE SINDICAL INTERNACIONAL PARA A DEFESA DAS LIBERDADES ACADÉMICAS

A partir de 2020, o SNESUP-FSU deu início à criação duma rede sindical universitária internacional para a defesa das liberdades académicas, em parceria com vários sindicatos universitários. Esta rede congrega, actualmente, a Confederação Nacional dos professores do ensino superior e dos investigadores da Costa do Marfim (CNEC), o Sindicato Autónomo do Ensino Superior (SAES), do Senegal, o Sindicato Nacional do Ensino Superior de Portugal (SNESup), o Sindicato Nacional Autónomo dos professores e investigadores (SYNADEC), do Burkina Faso, a rede universitária da Tunísia para as liberdades e direitos académicos (UT-LDA) e o SNESUP-FSU.

É intuito da rede, desde a sua data inaugural, em 2020, na Escola Normal Superior de Paris que, anualmente, a 8 de Fevereiro, um seminário internacional seja organizado por um dos membros. Em 2022, em modo de videoconferência, coube ao SNESup essa organização, a partir da sua sede em Lisboa. Em 2023, foi a vez de Paris, para depois, em 2024 se prever que seja a Tunísia o país anfitrião.

No presente ano de 2023 foram convidados para participar nesta jornada:

- A directora na Europa da *Confédération*

des Syndicats européens de l'Éducation (CSEE-ETUCE) de l'Internationale de l'Éducation e o presidente da *Higher Education and Research Standing Committee* (HERSC) do CSEE;

- A *Alliance of Concerned Teachers* (ACT) das Filipinas;

- O Sindicato National de l'Enseignement Supérieur (SNES) do Togo ;

- A *University and College Union* (UCU) do Reino Unido;

- A *Fédération Mondiale des Travailleurs scientifiques* (FMTS) ;

- O senador francês Pierre OUZOULIAS, Vice-Presidente da Comissão de Cultura e de Educação.

Com o apoio do SNCS-FSU, o SNESUP-FSU organizava em Paris, a 8 de Fevereiro de 2023, a Jornada Internacional de defesa das liberdades académicas impulsionada pela Rede Sindical internacional para as liberdades académicas. Diversas questões suscitadas por ocasião desta jornada merecem a nossa vigilância colectiva, designadamente, as respeitantes às consequências da crescente mercantilização e instrumentalização política do espaço do ensino superior e da investigação.

2. AMEAÇAS MÚLTIPLAS E FREQUENTEMENTE SIMULTÂNEAS

Já há vários anos que tínhamos alertado: é premente assinalar as ameaças à democracia



MICHEL MARIC

RESPONSÁVEL
INTERNACIONAL
DO SNESUP-FSU



ANNE ROGER

SECRETÁRIA-GERAL
DO SNESUP-FSU



CHRISTOPHE VOILLIOT

ANTIGO CO-SECRETÁRIO
GERAL DO SNESUP-F

e os desafios sociais suscitados pelas investidas contra a essência do ensino superior e da investigação - a liberdade académica. A urgência assenta, doravante, também, em fazer acreditar que, tanto no espaço académico quanto fora dos seus muros, professores e investigadores estão cada vez mais ameaçados - às vezes de maneira brutal - por todos os fundamentalismos políticos, religiosos, económicos. Nas Filipinas, no Irão, na Turquia, para citar apenas esses países, a vida dos universitários está, por via de regra, em perigo. Na Europa, particularmente em França, aumentam as acções judiciais intimidatórias e as queixas, visando atemorizar os académicos. Insultos com origem na extrema-direita do espectro político, como os que condenam um suposto "islamo-esquerdismo" de "certos académicos", foram recentemente retomados pelo próprio ministério.

3. "ISLAMO-ESQUERDISMO": QUANDO O PRÓPRIO MINISTÉRIO OUSA A INTIMIDAÇÃO

Foi em França, no programa da cadeia informativa do Grupo Bolloré (CNews), que a ex-ministra do Ensino Superior e Investigação "denunciou", em 14 de fevereiro de 2021, um fenómeno que "gangrena a sociedade como um todo" (nem mais nem menos!). Dois dias depois, na Assembleia Nacional, seria a vez de a mesma ministra confirmar a implementação de um "balanço de toda a investigação" para "distinguir o que pertence à investigação académica daquilo que diz respeito ao activismo e à opinião". Apesar da reacção imediata do CNRS¹ destacando que o termo "islamo-esquerdismo" não "correspondia a nenhuma realidade científica" e lamentando uma "instrumentalização da ciência", a ministra anunciou que o CNRS seria mandata-do para conduzir a investigação.

Ao atizar o ódio em relação à comunidade científica, a ministra nem pareceu surpreender-se com as reacções que as suas palavras suscitaram em certas esferas populistas ou de extrema-direita, que fizeram circular listas nominais de académicos e pesquisadores supostamente enquadrados nessa categoria.

Ora, a jornalista Soazig le Nevé revelaria que o próprio Ministério do Ensino Superior e da Investigação, teria confessado que tais declarações se inseriam no registo exclusivo da comunicação, num documento datado de 17 de março de 2023, na alegação de defesa enviada ao Tribunal Administrativo, após uma petição junto do Conselho de Estado assinada por seis professores-investigadores. Assim, a direção jurídica do ministério explica neste documento que "as declarações da ministra, que precisavam de ser concretizadas por uma decisão posterior enviada a um serviço para iniciar uma investigação, não foram acompanhadas de nenhum pedido nesse sentido ao CNRS, ou a qualquer outro estabelecimento sob a tutela do Ministério do Ensino Superior e Investigação, agrupamento de organismos de pesquisa ou serviço de inspeção". E o ministério conclui, ainda, de acordo com as revelações do *Le Monde*, que, "nestas condições, o pedido de investigação reduzindo-se a uma declaração de intenção e não tendo sido formalizado, teve como resultado que nenhuma investigação tenha avançado, nem qualquer relatório tenha sido elaborado. As conclusões, visando a anulação da "decisão" de 14 de fevereiro de 2021 não são dirigidas contra um acto prejudicial e, portanto, não são atendíveis".

4. UMA APOSTA DEMOCRÁTICA

Perante estas ameaças, é preciso reafirmar a aposta que constituem as liberdades académicas, no tocante às condições de produção do saber, da sua transmissão, da sua utilização. E reafirmar que a questão não diz apenas respeito aos universitários. Ela é importante para todo o corpo social e prende-se com a existência da própria democracia. Tal como a liberdade de imprensa é essencial em matéria de acesso à informação, as liberdades académicas são-no relativamente à produção e difusão do saber. Elas constituem uma condição fundamental para qualquer sociedade democrática e são, aliás, na maior parte das vezes, simultaneamente atacadas. O acesso livre ao conhecimento, a sua livre produção, a possibilidade de trocas internacionais entre universitários, a livre difusão





dos seus trabalhos, a liberdade de expressão de forma independente em relação a todos os poderes, económicos, políticos ou religiosos, dentro e fora de paredes, são outras tantas condições para o progresso científico, mas, igualmente, requisitos indispensáveis para uma sociedade democrática.

E como se isso não bastasse, além de todos os fundamentalismos, políticos ou religiosos, a vontade de mercantilização a qualquer preço, com uma fé ilimitada nos dogmas liberais mais gastos constitui por ela mesma uma ameaça para as liberdades académicas, para as condições de produção e de transmissão do saber. É, a partir de agora, uma evidência para inúmeros universitários e investigadores: quando as nossas condições de trabalho estão no estado de degradação em que estão; quando o financiamento da investigação depende a tal ponto das chamadas a projectos ou de financiamentos privados, quando somos esmagados pelas tarefas administrativas ligadas à nossa investigação ou às nossas carreiras, quando os nossos salários estão cada vez mais dependentes da nossa avaliação, quando se afirma regularmente uma absurda vontade de marginalização do papel do Conselho Nacional das Universidades (CNU) e da avaliação por pares, as liberdades académicas estão por todas estas razões também consideravelmente degradadas.

5. UMA TOMADA DE CONSCIÊNCIA EUROPEIA

Depois do Conselho da Europa em 2019, a Comissão e o Parlamento europeus parecem dar-se conta hoje apenas de que a vontade de mercantilização do ensino superior europeu, a vontade de promoção da concorrência entre as universidades da Europa, coloca já dificuldades em termos de garantia da qualidade da produção académica. Eles parecem descobrir, como feiticeiros aprendizes que a protecção das liberdades académicas é essencial para a própria qualidade do trabalho universitário e científico.

Podemos regozijar-nos com o facto de no próprio dia da jornada Internacional para a defesa das liberdades académicas, neste 8/02/2023, que tinha por tema este ano

resistir aos ataques, a Conferência dos Presidentes das Universidades, (doravante, *France Universités*), parecer responder-nos directamente através de um comunicado de imprensa: “os ataques contra a ciência e contra os investigadores em numerosos países, incluindo os democráticos, apelam a uma maior vigilância por parte dos estabelecimentos de ensino superior e de investigação, mas também à acção” – afirmava ela assim para justificar confiar a uma dezena dos seus membros, próximos de Mathias Vicherat, Director de Sciences Po, a elaboração de um relatório sobre o tema, daqui até ao fim do ano de 2023.

6. CONSTITUCIONALIZAR AS LIBERDADES ACADÉMICAS?

Lembremos que a ex-conferência dos Presidentes das Universidades (CPU) afirmou recentemente a sua vontade de constitucionalizar as liberdades académicas “no quadro de estabelecimentos autónomos”. Mas isso significaria constitucionalizar a autonomia dos estabelecimentos universitários e que dizer, então, das liberdades académicas no quadro de estabelecimentos autónomos em que os universitários são doravante minoritários no seio do Conselho de Administração?

Por ocasião desta jornada, pudemos prosseguir a nossa reflexão, num plano sindical, sobre esta questão que convoca actualmente diversos argumentos. As liberdades académicas são reconhecidas pela jurisprudência do Conselho Constitucional, mas os desenvolvimentos mais recentes mostram que esta protecção se atenuou devido à complexificação dos procedimentos e da jurisprudência constitucional. No quadro democrático actual, esta protecção pode, apesar disso, parecer suficiente, mas o que seria amanhã se a extrema-direita chegasse ao poder em França? •